

GUIA DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SÃO PAULO – 2011

Ficha Catalográfica – preparada pela:
Biblioteca – Centro de Referências em Educação Ambiental

S24g São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental; Coordenadoria de Planejamento Ambiental.
Guia de Boas Práticas Ambientais : Ecoatitude.
São Paulo : SMA, 2011.
31 p.

ISBN 978-85-8156-000-7

1. Economia de Água 2. Economia de Energia 3. Consumo Sustentável
4. Ações Sustentáveis I. Título.

CDU 349.6

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador Geraldo Alckmin

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Secretário Bruno Covas

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Coordenadora Silvana Augusto

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Coordenadora Nerea Massini

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

Promover a preservação da natureza e incentivar atividades ligadas à defesa do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável são os objetivos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA).

Por sua razão de ser, é fundamental que a SMA adote atitudes sustentáveis e que promovam a cidadania em suas dependências, representando dessa maneira um exemplo para a sociedade.

Diante disso, a Secretaria do Meio Ambiente instituiu, em 2010, o Programa ECOatitude, que consiste em implementar ações de sustentabilidade nos prédios de órgãos e instituições que integram o Sistema Ambiental Paulista, por meio do envolvimento de todos.

Foi feito um diagnóstico da situação da qualidade ambiental nos edifícios da SMA e suas instituições, e dele resultaram as propostas de mudanças, abordando quatro temas: Água, Energia, Transporte e Resíduos. Simples mudanças de comportamento, como: aproveitar a iluminação natural; desligar equipamentos eletrônicos, quando possível; incentivar a prática de carona; e utilizar canecas ao invés de copos plásticos descartáveis são bons exemplos de pequenas ações que atingem excelentes resultados.

O Programa é um sucesso. Além de efetivamente exercer práticas sustentáveis voltadas ao uso adequado dos recursos naturais, beneficiando dessa forma a proteção ambiental, ele ainda conscientiza dirigentes, servidores e funcionários sobre a importância da mudança de hábitos em prol do meio ambiente.

Nesta publicação, apresentamos alguns exemplos do que já foi realizado por esta Secretaria e suas instituições, e esperamos com este guia impulsionar e estimular a adoção das chamadas boas práticas ambientais.

Compartilhamos também dicas e orientações sobre ações ambientais e sustentáveis. Esperamos, assim, agregar mais força à proteção do meio ambiente, e combater o desperdício, a poluição e tantos outros males do mundo atual.

Boa leitura.

Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente

AGRADECIMENTOS

À Fundação Florestal, ao Instituto Florestal, à Fundação Parque Zoológico, ao Instituto de Botânica, ao Instituto Geológico e à CETESB, pela colaboração na produção deste material e às equipes envolvidas diretamente ou indiretamente com o Programa ECOATITUDE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
ÁGUA	8
ENERGIA	12
TRANSPORTE	16
RESÍDUOS	20
OUTRAS AÇÕES	25
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	26
CONCLUSÃO	28
FICHA TÉCNICA	31

INTRODUÇÃO

É de fundamental importância que a Secretaria do Meio Ambiente, como instância máxima de gestão ambiental do Estado de São Paulo, incorpore práticas e atitudes de proteção ao meio ambiente condizentes com as suas atribuições para com a sociedade e o ambiente onde está inserida. Com este intuito, foi instituído o Programa ECOatitude no início de 2010 (Resolução SMA 007, de 21 de janeiro de 2010), envolvendo dirigentes, servidores e funcionários em ações voltadas para a melhoria da qualidade no ambiente interno do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.

O ponto de partida para o estabelecimento de critérios de sustentabilidade e a institucionalização das boas práticas consistiu em um diagnóstico da situação da qualidade ambiental nos edifícios pertencentes aos órgãos integrantes do SEAQUA, realizado pelo Comitê de Qualidade Ambiental – CQA, instituído pela Resolução SMA 019, de 01 de abril de 2009.

A partir deste diagnóstico, foram propostas ações relacionadas aos temas *Água, Energia, Transporte e Resíduos*, além do acompanhamento das atividades realizadas por parte da Assessoria Técnica do Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, por meio de registro em relatórios semestrais.

Passado um ano e meio da instituição do programa e considerando-se que *“as boas práticas ambientais devem ser permanentemente estimuladas e objetivadas, sem que para tanto seja necessária a manutenção de um programa específico imposto e controlado pela superior administração do SEAQUA”* (Resolução SMA 031, de 30 de junho de 2011), surge a oportunidade de difundir o que já foi realizado e impulsionar a adoção cada vez mais abrangente das chamadas boas práticas ambientais.

Essas práticas devem atentar, no mínimo, para os seguintes objetivos:

- I – combate ao desperdício de *água* visando o seu uso racional;
- II – economia de *energia* e adoção, quando couber, de fontes alternativas e renováveis;
- III – coleta seletiva e a correta destinação dos *resíduos* sólidos;
- IV – racionalização do uso da frota de veículos públicos, com prioridade para o uso de combustíveis oriundos de fonte renovável, como o etanol, e fomento à utilização de *transportes* coletivos por parte dos funcionários e servidores.

Compartilhar e orientar quanto à adoção, manutenção e otimização das boas práticas, considerando-se os aspectos legais, sociais, ambientais e econômicos, são os objetivos deste guia.

A apresentação das ações implementadas nos diferentes setores do SEAQUA não pretende servir como um relatório da situação, mas como a divulgação de exemplos reais de estratégias para a abordagem desta problemática dentro do Sistema. Os exemplos apresentados não esgotam as ações realizadas, apenas servem de orientação e estímulo para a implantação de novas ações e para a valorização e continuidade das boas práticas já adotadas.

Sendo um recurso escasso, fundamental à sobrevivência e à manutenção dos ecossistemas, além de indispensável para uma série de atividades humanas (higiene, produção de alimentos, produção industrial, geração de energia, diluição e transporte de dejetos etc.), a água deve ter seu uso racionalizado. Ou seja, seu consumo deve ser feito com o uso da razão, do bom senso.

A adesão ao Programa de Uso Racional da Água – PURA pela maioria dos integrantes do SEAQUA foi a principal medida adotada no sentido de contribuir para a redução do consumo de água. Este programa conduziu à identificação e conserto de vazamentos e à substituição dos equipamentos hidrossanitários.

As torneiras comuns foram substituídas por modelos mais eficientes, que permitem controlar o fluxo de água, como torneiras automáticas e eletrônicas. No Instituto de Botânica, por exemplo, nos banheiros equipados com chuveiros, houve também a substituição destes por modelos automáticos.

Quanto às válvulas de descarga e bacias sanitárias, foram feitas substituições que proporcionam significativa redução no consumo de água. O uso de válvulas de ciclo fixo (que despejam sempre a mesma quantidade de água por acionamento, limitando o volume liberado em aproximadamente 6 litros), de bacias com caixas acopladas que possuem vazão reduzida (em relação às convencionais) ou de bacias com sistema duplo de descarga (3 e 6 litros) foram as escolhas.

Outra medida significativa para a redução do consumo de água foi o aproveitamento da água da chuva, ou de reuso, para a irrigação de plantas, lavagem das áreas externas e também em alguns sanitários.

Merece destaque a Fundação Parque Zoológico de São Paulo que, dentre as diversas ações que compõem o Sistema de Gestão Ambiental implantado pela instituição, instalou estações de tratamento de água e esgoto. Esta iniciativa permitiu a reutilização da água após o tratamento, reduzindo significativamente o consumo de água de outras fontes.

PURA – SABESP

O Programa de Uso Racional da Água – PURA foi criado pela SABESP como uma política de incentivo ao uso racional da água. Envolve um conjunto de ações tecnológicas aliadas às medidas de conscientização para diminuir o desperdício. Dentre elas:

- Levantamento do volume de água utilizado;
- Monitoramento das instalações hidráulicas para identificação de possíveis vazamentos;
- Conserto nas instalações;
- Substituição dos equipamentos convencionais por economizadores;
- Palestras e orientações para os usuários com vistas à alteração do hábito de consumo.

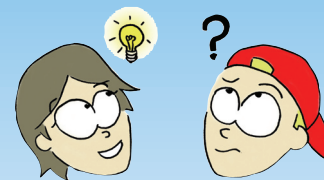
PARA SABER MAIS: no *site* da SABESP podem ser acessadas mais informações sobre o PURA, tais como ações do programa e casos de sucesso (incluindo valores investidos e tempo de retorno deste investimento inicial), além de dicas para economia de água e testes para verificar vazamentos. Acesse: www.sabesp.com.br

Fonte: www.sabesp.com.br – acesso em 02/09/2011

Um obstáculo apontado por parte dos integrantes do Sistema foi a impossibilidade de medição do consumo de água de forma independente ou setorizada para órgãos que compartilham um mesmo prédio (Sede da SMA e CETESB, por exemplo) ou prédios que compartilham um mesmo terreno (Instituto Geológico e Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Instituto Florestal e Fundação Florestal). Esta situação dificulta o acompanhamento mensal do consumo de água, bem como a verificação do alcance das metas propostas por cada instituição e a identificação de possíveis vazamentos, podendo, inclusive, contribuir para o aumento no consumo deste recurso.

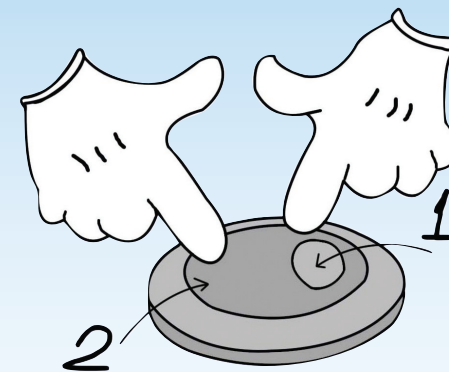
ORIENTAÇÕES PARA ASSEGURAR A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

- Implantação do Programa de Uso Racional da Água – PURA nos locais onde ainda não foi implantado, ou alternativamente: manutenção das instalações evitando vazamentos de água e substituição dos equipamentos convencionais por equipamentos economizadores;
- Acompanhamento mensal do consumo de água;
Obtenha uma sugestão de Planilha de Controle do Consumo, no site da SMA: www.ambiente.sp.gov.br
- Instalação de medidores individuais para a verificação do consumo de cada prédio.



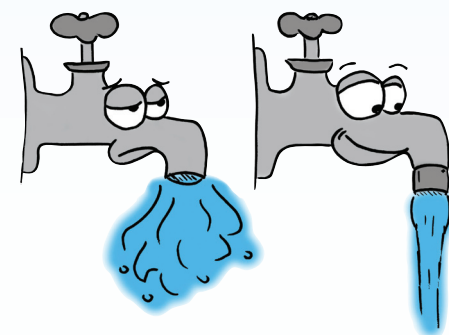
DICAS E CURIOSIDADES

- As bacias com caixa acoplada que possuem vazão reduzida e a válvula de ciclo fixo podem proporcionar uma redução de consumo de 50% em relação aos sistemas mais antigos. O sistema dual de descarga pode promover uma redução ainda maior.



- A utilização de torneiras economizadoras, como as de fechamento automático e as eletrônicas, permitem uma redução de pelo menos 55% no consumo de água em relação às convencionais.

- Uma opção mais simples que a substituição das torneiras é a instalação de dispositivos arejadores. Estes dispositivos dão a sensação de uma maior vazão, mas fazem exatamente o contrário, reduzem-na.



- O aumento significativo no valor da conta de água sem justificativa (por exemplo, construção ou reforma, aumento no número de usuários, cobrança da execução de serviços de meses anteriores, entre outras) pode ser indicativo da ocorrência de vazamentos (visíveis ou não).

ENERGIA

A energia elétrica é um bem de consumo indispensável para as sociedades modernas. O seu consumo crescente tem levado à construção de um número cada vez maior de usinas de geração de energia e de linhas de transmissão e distribuição, provocando sérios prejuízos sociais e ambientais.

Semelhante ao exposto para a água, na maioria dos prédios do SEAQUA o consumo de energia não pode ser medido de maneira individualizada ou setorizada, dificultando o acompanhamento do consumo e a verificação da economia esperada, a partir da adoção de medidas de eficiência energética.

Nem por isso os órgãos integrantes do SEAQUA deixaram de adotar medidas de contribuição para o uso racional de energia. Aproveitar ao máximo a iluminação natural e orientar para que as luzes e os equipamentos sejam desligados quando o seu uso for descontinuado (como no horário de almoço e fim do expediente), são exemplos de ações consensuais.

O uso de fontes alternativas de energia, a aquisição de aparelhos com o selo PROCEL e a campanha pelo uso racional do ar condicionado são outros exemplos. Na Coordenadoria de Educação Ambiental, por exemplo, há um poste com iluminação gerada pela captação da luz solar.

PROCEL

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), gerido pela Eletrobrás, tem como objetivo promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, visando a eliminação dos desperdícios e a redução dos custos e investimentos setoriais.

O Programa conta com diversas linhas de atuação para os diferentes setores e atividades, desde programas para Gestão Energética dos Municípios, Iluminação Pública e Saneamento até programas para Edificações, além de uma linha de ação específica para Prédios Públicos.

PARA SABER MAIS: No *site* do Programa há diversas informações sobre o Procel – Prédios Públicos, tais como dicas, perguntas e respostas, além de uma série de publicações para *download*, dentre elas o Manual de Orientações Gerais para Conservação de Energia em Prédios Públicos.

Acesse: www.eletronbras.com/procel.

SELO PROCEL

Este selo orienta o consumidor no ato da compra, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria. São exemplos de equipamentos que podem apresentar o selo: condicionadores de ar, coletores solares, lâmpadas fluorescentes, ventiladores de teto, módulos fotovoltaicos etc.

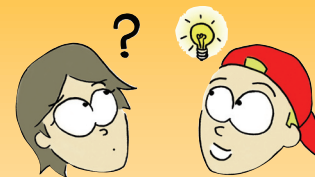
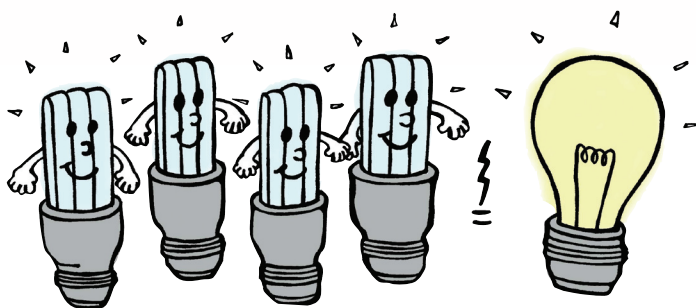
Fonte: www.eletronbras.com/procel – acesso em 02/09/2011

ORIENTAÇÕES PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

- Somente devem ser adquiridas e utilizadas lâmpadas de alto rendimento e que apresentem o menor teor de mercúrio dentre as disponíveis no mercado (Decreto Estadual nº 45.643/01);
- Para evitar a circulação desnecessária, deve ser instalado um sistema inteligente de elevadores;
- Equipamentos com alto consumo de energia devem ser substituídos por outros com maior eficiência energética, como no caso dos monitores de tubo de raios catódicos (CRT), que devem dar lugar aos monitores LCD;
- Utilizar da criatividade e de meios de comunicação visual para recordar aos funcionários que as luzes e os equipamentos devem ser desligados quando não houver ninguém no ambiente de trabalho.

Maiores informações sobre economia de energia (com iluminação, elevadores, ar condicionado e ventilação) podem ser obtidas nos anexos I, II e III do Decreto Estadual nº 45.765/01, que institui o Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia.

Obtenha uma sugestão de Planilha de Controle do Consumo, no site da SMA: www.ambiente.sp.gov.br



DICAS E CURIOSIDADES

- Estima-se que entre 60% e 65% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) estejam associados à produção, conversão e consumo de energia.
- Recomenda-se que as luzes sejam desligadas quando a ausência no recinto for superior a 15 minutos.
- A poeira acumulada na superfície reduz o fluxo de luz, por isso orienta-se limpar as lâmpadas e luminárias periodicamente. O simples rebaixamento da altura das luminárias permite melhorar a iluminação.
- Quando for se ausentar por mais de meia hora, vale a pena desligar o computador. Um computador ligado durante 1 hora por dia consome 5,0 kwh/mês. No decorrer de um ano, a economia decorrente de desligar o computador durante esta uma hora de almoço é de 60 kwh, o que evita a emissão de 18 quilos de CO₂ na atmosfera. Esse volume corresponde ao emitido por um carro movido à gasolina ao percorrer 120 km. (Instituto Akatu)
- O mesmo raciocínio se aplica ao monitor de vídeo. Desligue-o sempre que for se afastar por mais de 15 minutos. (Instituto Akatu)
- Os bebedouros também podem ser desligados durante a noite e aos fins de semana.
- Nos dias quentes, é preferível usar o ventilador ao invés do ar condicionado. Se o calor for intenso, combine o uso dos dois: regule o ar condicionado no mínimo e ligue o ventilador.



TRANSPORTE

Dois dos principais transtornos associados à questão dos transportes, nos dias de hoje, pelo menos nas grandes cidades, são o grande número de veículos nas ruas, dificultando a mobilidade, e a emissão de poluentes provenientes da queima de combustíveis que, além de contribuir para a intensificação do efeito estufa, é a principal causa da poluição atmosférica na maioria das cidades do mundo.

Reverter esse quadro é um desafio para toda a sociedade e os integrantes do SEAQUA já adotaram diversas medidas visando melhorar a mobilidade urbana, reduzir o consumo de combustível e, conseqüentemente, a emissão de dióxido de carbono (CO₂).

De acordo com o diagnóstico inicial, a ausência de bicicletários e vestiários na maioria dos prédios e de um sistema informatizado de caronas foram apontados como os principais problemas relacionados a esta temática.

Na sede da SMA, para viabilizar o compartilhamento de carros e caronas para eventos e reuniões, instituiu-se a uniformização e centralização da requisição de veículos, com a prévia comunicação entre funcionários.

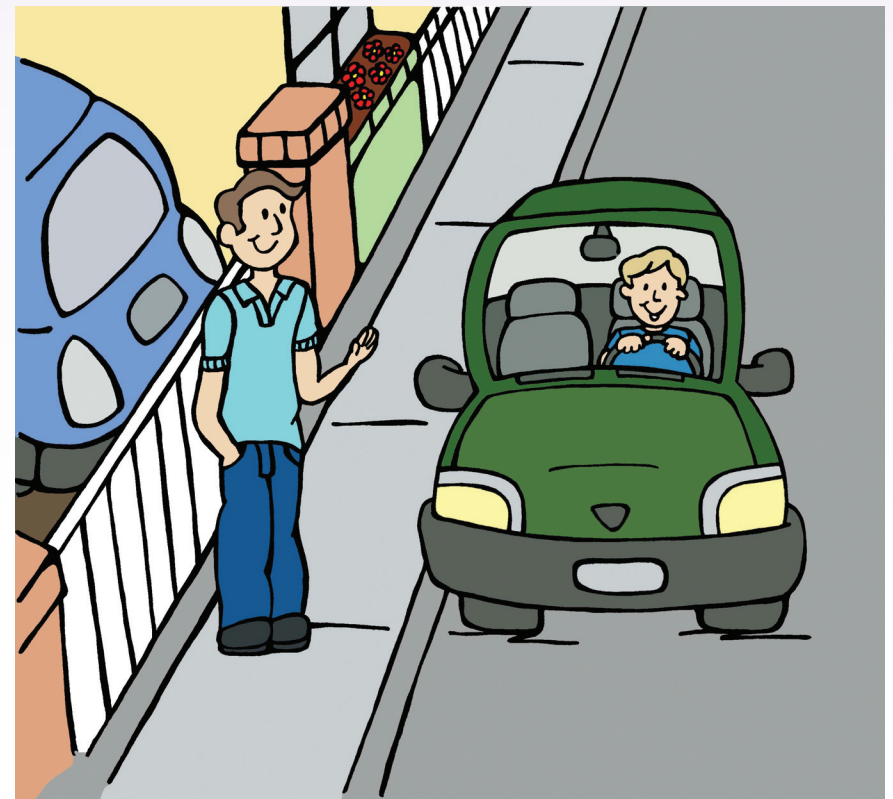
Buscando incentivar a utilização do transporte público, foram disponibilizadas vans para o deslocamento até o metrô, dos funcionários lotados na sede da SMA e CETESB. O Instituto de Botânica também disponibiliza um micro-ônibus para o transporte de seus funcionários até estações de metrô, enquanto que os funcionários do Instituto Geológico têm acesso a um sistema de fretamento (realizado em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento).

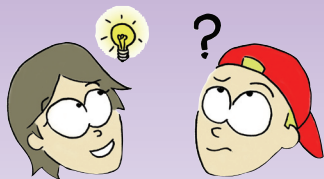
Há, também, o incentivo ao uso compartilhado de automóveis particulares (carona solidária) por duas ou mais pessoas.

Quanto aos veículos que fazem parte da frota, determinou-se que os carros do tipo *flex* só sejam abastecidos com etanol, e que quando houver aquisição ou renovação da frota, opte-se por veículos movidos a etanol. Manutenções regulares para os veículos também foram adotadas como forma de reduzir o consumo de combustível.

A Fundação Parque Zoológico de São Paulo e o Parque Villa Lobos utilizam carros elétricos para o trânsito interno. No Parque Villa Lobos alguns funcionários também utilizam bicicletas para o deslocamento entre os setores.

O Instituto Florestal, por sua vez, tem realizado reuniões por meio de videochamadas e da utilização do Skype™ e pretende implantar um ambiente para videoconferências, no intuito de reduzir despesas com combustível e diárias para reuniões em locais mais distantes.





DICAS E CURIOSIDADES

- A bicicleta é um meio de transporte compacto, saudável e isento de emissões de CO₂. É claro que não é uma opção para todos, pois prescinde de condições que tornem o seu uso factível e seguro (a distância, o relevo, a existência de ciclovias, bicicletários, vestiários etc.). No entanto, quem pode optar por este meio de transporte só não pode esquecer de planejar o trajeto e dos equipamentos de segurança (luzes, capacetes, luvas e trancas).
- A ecocondução (campanha lançada na Europa, em 2007) pode reduzir o consumo de combustível e as emissões de gases do efeito estufa. Ela se baseia em regras como: trocar de marcha entre 2000 e 2500 rpm; conduzir a uma velocidade regular, evitando frenagens e acelerações bruscas; calibrar os pneus regularmente; e desacelerar gradualmente.

ORIENTAÇÕES PARA OTIMIZAR O CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E REDUZIR AS EMISSÕES DE CO₂

- Instituir sistema informatizado para gerenciamento da frota, permitindo o cruzamento de dados e a otimização do uso de veículos por funcionários que estejam seguindo para o mesmo destino;
- Instalar bicicletários e vestiários nas unidades onde não houver;
- Criar sistema de carona solidária (um exemplo pode ser acessado em <http://www.caronasolidaria.com/>);
- Estabelecer que os veículos *flex* sejam abastecidos somente com etanol.

Obtenha uma sugestão de Planilha de Controle do Consumo, no site da SMA: www.ambiente.sp.gov.br

RESÍDUOS

O modelo de produção e consumo adotado pela sociedade atual, bem como a incessante busca por comodidade e conforto têm a geração de resíduos em quantidade cada vez maior como um de seus subprodutos. Exemplo disso é o elevado consumo de itens descartáveis como copos plásticos, garrafas PET, papel sulfite e papel toalha, apontado pelo diagnóstico como um dos principais problemas no que diz respeito à temática “resíduos”. Outros problemas diagnosticados foram: a atuação deficitária quanto à separação dos resíduos recicláveis e a quantidade insuficiente de coletores em alguns locais.



Como solução para diminuir o consumo de copos plásticos descartáveis, optou-se pela utilização de copos/canecas/xícaras duráveis, por meio da aquisição desses utensílios pela instituição ou do incentivo para que os funcionários trouxessem sua própria caneca ou copo de casa. Para favorecer

a disseminação desta nova prática, foram instaladas copas onde não havia, como no caso da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA, para que os utensílios pudessem ser facilmente higienizados. Já nos locais onde existem máquinas de café, a opção foi substituí-las, no momento da renovação do contrato, por máquinas que permitam a utilização dos copos e canecas duráveis.

A adoção de bebedouros foi a alternativa para se evitar o consumo de água em garrafas PET.

Em relação ao papel, para diminuir o consumo, alguns setores estabeleceram medidas para que computadores e impressoras fossem configurados para imprimir no modo “frente e verso”. Quanto aos resíduos, após a sua devida separação, dois destinos foram adotados:

a confecção de blocos de anotações e o encaminhamento para a reciclagem. Vale lembrar que para o sucesso da adequada destinação dos resíduos de papel, é necessária orientação aos geradores para que realizem o descarte correto, bem como a disponibilização de coletores específicos, devidamente identificados.

E quando o assunto é a destinação adequada de resíduos, outras medidas adotadas pelos integrantes do SEAQUA merecem destaque, como a implantação de coleta específica para resíduos eletroeletrônicos e a contratação de empresas especializadas em descontaminação de lâmpadas. A CETESB, o Instituto de Botânica e a Fundação Zoológico, por exemplo, dispõem de local adequado para o armazenamento das lâmpadas até o momento da descontaminação.

O “Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo” é um órgão do Governo, vinculado à Casa Civil, que tem por objetivo desenvolver projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais vulneráveis da população. Os programas e ações desenvolvidos visam o resgate da dignidade humana, a capacitação profissional, a geração de renda e o emprego. Dentre eles destacam-se os Programas de Assistência à Criança e ao Adolescente, os Programas de Atenção ao Idoso, a Escola de Qualificação Profissional (Padaria Artesanal e Escola de Moda), além da realização de Ações Sociais como a Campanha do Agasalho.

Mais informações: www.fundosocial.sp.gov.br

Fonte: – www.fundosocial.sp.gov.br – acesso em 05/09/2011

Decreto Estadual no 27.041/87 – Dispõe sobre a doação de materiais inservíveis, originários da Administração Pública estadual, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

A CETESB possui, ainda, contrato com uma empresa para realizar o recolhimento e a triagem dos resíduos recicláveis, e encaminha os resíduos da construção civil (RCC), originados em obras e serviços de engenharia executados no prédio sede, ao Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural – FUSSESP.



ORIENTAÇÕES PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO E DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS, BEM COMO PARA A DESTINAÇÃO ADEQUADA

- Para a redução do consumo de descartáveis, orienta-se o estabelecimento da proibição da aquisição de copos plásticos descartáveis, permitindo-se o consumo apenas dos já existentes em estoque, até o seu término. Como alternativa, e somente para os locais em que haja circulação de público externo (recepção principal, auditórios, locais de cursos e locais de visitação), podem ser adquiridos copos de papel, sem parafina;
- Como outro estímulo à difusão desta nova prática, copos ou canecas duráveis podem ser distribuídos para os funcionários ou, não havendo recursos previstos para tal, pode ser feita uma campanha de incentivo para que os funcionários tragam seus próprios recipientes duráveis (copos, canecas, garrafinhas). Para a perpetuação desta prática, é importante que haja fácil acesso a locais e equipamentos para lavagem de utensílios;

- No caso dos papéis, imprimir apenas o que for necessário e adotar a impressão frente e verso como padrão, reduzindo assim o consumo e, conseqüentemente, a geração dos resíduos, que devem ser reaproveitados por meio da reutilização e/ou reciclagem;
- Com o propósito de melhorar o gerenciamento dos resíduos sólidos, a orientação é para que sejam distribuídos recipientes coletores de recicláveis em quantidades e locais adequados. A contratação de uma empresa ou cooperativa (Lei 14.470/11) também se faz necessária para o recolhimento regular e a destinação apropriada dos resíduos recicláveis, bem como a fiscalização do cumprimento das cláusulas relativas ao correto recolhimento dos resíduos por parte das empresas terceirizadas de limpeza e conservação;
- Por se tratarem de um resíduo potencialmente perigoso, as lâmpadas fluorescentes devem ser destinadas à descontaminação. Enquanto não se estabelece um programa de logística reversa ("responsabilidade pós-consumo", Política Estadual de Resíduos Sólidos), a orientação é para que seja contratado serviço de recolhimento, tratamento (descontaminação) e destinação final;
- Disponibilizar bens considerados ociosos e que não tenham previsão de utilização para doação a outros órgãos e entidades públicas do estado, por meio do FUSSESP.

Obtenha uma sugestão de Planilha de Controle do Consumo, no site da SMA: www.ambiente.sp.gov.br

Lei 10.888/01 – Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados.

Lei 14.470/11 – Dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

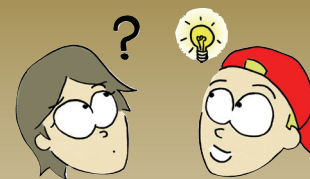
Também são encaminhados ao FUSSESP os resíduos de cartuchos de tinta para impressoras, jornais, pneus e peças sobressalentes originados na Fundação Florestal.

Já os resíduos orgânicos, particularmente aqueles provenientes de podas de árvores e capinação, têm sido destinados à compostagem, como ocorre, por exemplo, na sede do Instituto Florestal e da Fundação Florestal e no Instituto de Botânica. Existe também a preocupação em recolher e destinar o resíduo de óleo de cozinha, que tem sido reaproveitado na produção de sabão e biocombustível.

COMO PROCEDER EM CASOS DE QUEBRA DE LÂMPADAS FLUORESCENTES?

- Abrir todas as portas e janelas do ambiente para aumentar a ventilação e ausentar-se do local por pelo menos 15 minutos;
- Após esse período, colete os cacos de vidro e os demais componentes em um saco plástico. Retire os pequenos resíduos que ainda restarem com a ajuda de um papel umedecido. Todo esse material deve ser acondicionado dentro de um segundo saco plástico para evitar a contínua evaporação do mercúrio liberado;
- Evite o contato do material recolhido com a pele e não utilize equipamento de aspiração para a limpeza;
- Logo após o procedimento de limpeza, lave as mãos com água corrente e sabão.

Fonte: ABilumi – Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação.



DICAS E CURIOSIDADES

- Antes de imprimir, utilize a função “vizar página”: ela indicará quantas páginas serão utilizadas, permitindo melhor controle do uso do papel, especialmente no caso de planilhas eletrônicas. O mesmo vale para impressão de e-mails.
- As lâmpadas fluorescentes não podem ser descartadas junto aos resíduos comuns, porque elas contêm mercúrio, um metal reconhecidamente tóxico. O processo de tratamento dessas lâmpadas possibilita a separação e o reaproveitamento de todos os seus componentes.
- Os resíduos eletrônicos também contêm metais pesados e por isso devem ser adequadamente destinados. Boa parte de seus componentes (perigosos ou não) pode ser reutilizada ou reinserida no ciclo produtivo.

OUTRAS AÇÕES

- Realização de eventos para a sensibilização e o envolvimento dos funcionários, com a neutralização de CO₂.
- Criação e manutenção de um espaço virtual para a comunicação sobre o Programa e as ações desenvolvidas.
- Adoção da ginástica laboral como medida de prevenção de doenças ocupacionais e promoção da melhoria da qualidade de vida.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

As licitações sustentáveis correspondem a uma forma de inserção de critérios ambientais e sociais nas compras e contratações realizadas pela Administração Pública, visando à maximização do valor adicionado (utilidade, prazer, satisfação do usuário, satisfação das necessidades, contribuição para operações eficientes) e, ao mesmo tempo, a minimização dos impactos ambientais e sociais adversos.

Considerando-se o elevado poder de compra do Estado, a priorização de bens e serviços considerados ambientalmente sustentáveis ensejará a inovação das formas de produção por parte dos fornecedores, que buscarão atender aos requisitos estabelecidos pela Administração.

Além disso, o governo, como indutor de políticas sociais e públicas, deve servir de exemplo nesse sentido, ou seja, os consumidores institucionais devem agir de modo responsável, tendo em vista a sua influência no mercado consumidor e na economia como um todo.

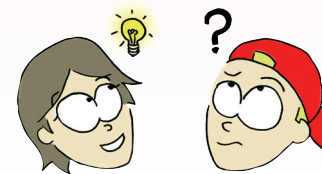
Ademais, a adoção de critérios ambientais nas compras e contratações realizadas pela Administração Pública constitui um processo de melhoramento contínuo, adequando os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente. A conservação racional dos recursos naturais e a proteção contra a degradação ambiental devem, dessa forma, contar fortemente com a participação do Estado.

No Estado de São Paulo, já é possível verificar algumas medidas adotadas com o objetivo de preservar o meio ambiente, dentre as quais se destacam o Decreto Estadual nº 45.643/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aquisição pela Administração Pública Estadual de lâmpadas de maior eficiência energética e menor teor de mercúrio, o Decreto Estadual nº 53.047/08, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo, o Decreto Estadual nº 42.836/98, que dispõe sobre a aquisição pela Administração somente de veículos movidos a álcool (etanol) e, em especial, o Decreto nº 50.170/05, que institui o Selo Socioambiental e o Decreto Estadual nº 53.336/08, que institui o Programa de Contratações Públicas Sustentáveis.

No tocante a este último, verifica-se claramente o intuito de se considerar a adoção de critérios socioambientais compatíveis com as diretrizes de desenvolvimento sustentável no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações do governo.

Atualmente, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo vem trabalhando de forma significativa no sentido de promover as licitações sustentáveis na esfera estadual, por meio de atuação conjunta com a Secretaria de Gestão Pública, no sentido de implantar o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis.

Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/politicas-publicas/consumo-sustentavel/programa-estadual-de-contratacoes-publicas-sustentaveis-pecps/> e em www.comprassustentaveis.net



DICAS E CURIOSIDADES

- Produzir/comprar materiais que contenham apenas o logotipo da instituição ao invés de materiais “customizados” para eventos, promovendo um melhor aproveitamento dos mesmos. A diferenciação pode ser feita por meio de etiquetas e adesivos.
- Alguns materiais parcialmente utilizados podem ser devolvidos ao almoxarifado para o seu reaproveitamento posterior.
- Manter-se atualizado quanto às discussões da Comissão Interna de Compras Públicas Sustentáveis da SMA.

CONCLUSÃO

Sem a intenção de esgotar o assunto, muito menos de impor o que deve ou não deve ser feito, as experiências e propostas relatadas aqui evidenciam um esforço para alinhar a teoria e a prática, servindo de motivação para a reflexão e a mudança.

As medidas já adotadas e as que ainda estão por vir resultam em economia financeira e de recursos naturais, bem como oferecem a oportunidade de manter a qualidade do ambiente interno de trabalho e do meio ambiente (local, regional, global). Sem contar que, como já mencionado, os integrantes do SEAQUA devem servir de exemplo no quesito sustentabilidade para os demais órgãos da Administração Pública, para a iniciativa privada e para a sociedade como um todo.

Além das mudanças estruturais, é imprescindível que os recursos humanos dos órgãos integrantes do SEAQUA adotem uma postura condizente com as atribuições deste Sistema, prezando pela sustentabilidade em todas as suas dimensões (social, econômica, ecológica, espacial, cultural), dentro e fora do ambiente de trabalho, adotando e entendendo as boas práticas como atos de cidadania.

O estímulo e o envolvimento de todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuem para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades do SEAQUA também devem ser permanentes. A promoção de eventos, palestras, debates e outras ações de orientação, incorporadas à rotina de trabalho, são formas de se promover esse estímulo e envolvimento.

Apesar da Resolução SMA 31/2011 considerar que a adoção de boas práticas e sua manutenção dependem da consciência ambiental de cada um e que não é necessário haver comando e controle para tal, avaliou-se, junto àqueles diretamente envolvidos com o Programa em cada instituição, que são maiores as chances de êxito e permanência das práticas adotadas, quando associadas ao acompanhamento de um “grupo gestor”, formado por, pelo menos, um representante de cada setor e com o total apoio da diretoria. A previsão orçamentária para a sustentação das boas práticas ambientais também se faz necessária.

Por fim, considerando a importância da troca de experiências para o sucesso e continuidade das ações propostas pelo Programa, sugere-se que seja mantido um canal de comunicação sobre esta temática entre todos os integrantes do SEAQUA.

Para obter mais informações, tais como: sugestão de “Planilha de Controle do Consumo” e etiquetas com dicas e orientações para o dia a dia, acesse os *links* correspondentes no *site* da SMA.

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Cecilia Ferreira Saccuti
Denize Coelho Cavalcanti

COLABORAÇÃO

Ana Maria Neves
Bruno Augusto V. Marcondes
de Moura
Caroline Vivian Gruber
Denise Scabin Pereira
João Carlos de Carvalho
Juliana Amorim da Costa
Roger Israel Feller
Shirley Aparecida Martins Salles

REVISÃO

Denise Scabin Pereira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cecilia Maria de Barros

ILUSTRAÇÃO

Liziane de Carvalho
Pedro Coutinho Costa

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE



**GOVERNO DE
SÃO PAULO**